



1º Simulado

TJ RS

Oficial de Justiça Estadual

Pós-Edital

Simulado

1º Simulado TJ RS – Cargo Oficial de Justiça Estadual – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso do TJRS;
- 2 – A prova contém **80 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TJRS;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJRS-Oficial-de-Justiça-Estadual-05-03-22>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO I

O sistema de votação manual pode ser vulnerável, favorecendo a prática de atos que têm por objetivo fraudar a manifestação da vontade do eleitor. Entre essas práticas, pode-se citar o chamado "voto carreirinha". Nesse tipo de fraude, um eleitor, valendo-se da desatenção ou mesmo da conivência dos componentes da mesa, deixa de depositar a cédula na urna, colocando, em seu lugar, algum pedaço de papel assemelhado. Então, a cédula oficial não depositada é entregue para outro eleitor, já preenchida, que a coloca na urna e deixa a seção eleitoral portando a cédula em branco recebida do mesário.

Outra fraude muito comum é o chamado "mapismo". Após a apuração dos votos de determinada urna, o mapa resultante é alterado para que se beneficie algum candidato. O fraudador se vale da colaboração de algum scrutinador e da desmobilização da fiscalização para alterar o mapa com o resultado da votação daquela urna. A fraude é favorecida pela quantidade de pessoas que se aglomeram nos locais de apuração, o que dificulta sobremaneira a fiscalização das atividades pelos representantes dos partidos políticos, bem como pelos integrantes da justiça eleitoral.

A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como scrutinadores também traz grande malefício. Os scrutinadores podem passar dias afastados de seus locais de trabalho no desenrolar do processo de apuração de votos, e, depois, ainda fazem jus a período de afastamento do trabalho por tempo equivalente. Com isso, o país deixa de contar com tal força de trabalho, o que prejudica, sobremaneira, a produção de bens e serviços.

Arthur Narciso de Oliveira Neto. Voto eletrônico: tecnologia a serviço da cidadania. In: Estudos eleitorais / Tribunal Superior Eleitoral, vol. 9, n.º1, jan.-abr./2014, p.11-13. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações)

01. No tocante a seus aspectos intrínsecos, o texto I

- a) defende o voto eletrônico como único meio de se garantir lisura ao processo.
- b) argumenta contra o sistema manual de votação
- c) estabelece as diretrizes que impedem a ocorrência de fraudes eleitorais.
- d) descreve os processos de realização do voto manual
- e) foca nos prejuízos trazidos pela convocação de voluntários para atuação nas eleições.

02. Quanto à tipologia textual, o texto I é predominantemente

- a) expositivo
- b) descritivo
- c) narrativo
- d) injuntivo
- e) argumentativo

03. Em relação à partícula "se" em "valendo-se da desatenção ou mesmo da conivência dos componentes da mesa" (1º parágrafo), é correto afirmar que

- a) pode ser suprimida sem qualquer prejuízo gramatical.
- b) funciona como pronome reflexivo
- c) é parte integrante do verbo
- d) trata-se de um indeterminador de sujeito
- e) atua como pronome passivador

04. No que se refere à coesão do texto I, o pronome "seu" em "colocando, em seu lugar, algum pedaço de papel assemelhado" (1º parágrafo) refere-se a

- a) componentes da mesa
- b) eleitor
- c) urna
- d) cédula
- e) pedaço de papel

05. No decorrer dos dois primeiros parágrafos do texto I, o autor constrói seu raciocínio com base em uma argumentação

- a) falaciosa
- b) exemplificativa
- c) analógica
- d) silogística
- e) contraditória

06. No contexto do texto, o vocábulo "escrutinador" poderia ser substituído, mantendo-se o sentido original, por

- a) apurador
- b) trapaceiro
- c) tratante
- d) funcionário
- e) fraudador

07. Em relação aos trechos "de convocação" e "de grande número de eleitores" (primeiro período do 3º parágrafo), pode-se afirmar que

- a) funcionam como adjunto adnominal.
- b) exercem funções textuais distintas.
- c) atuam como especificadores.
- d) são complemento nominal e adjunto adnominal, respectivamente.
- e) ambos exercem a mesma função no texto.

08. "A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também traz grande malefício". Marque a opção correta cuja frase encontra-se no pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

- a) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também traria grande malefício.
- b) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também trará grande malefício
- c) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também tinha trazido grande malefício
- d) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também trazia grande malefício
- e) A necessidade de convocação de grande número de eleitores para atuar como escrutinadores também tem trazido grande malefício

09. Em relação ao último período do 2º parágrafo, assinale a alternativa correta.

A fraude é favorecida pela quantidade de pessoas que se aglomeram nos locais de apuração, o que dificulta sobremaneira a fiscalização das atividades pelos representantes dos partidos políticos, bem como pelos integrantes da justiça eleitoral.

- a) "Pelos representantes dos partidos políticos" exerce a função de agente da passiva.
- b) Há uma oração na voz passiva.
- c) O vocábulo "o" é um artigo definido.
- d) "Pela quantidade de pessoas que se aglomeram nos locais de apuração" e "pelos representantes dos partidos políticos" exercem a mesma função textual.
- e) A inserção de uma vírgula após "pessoas" prejudicaria a correção gramatical.

10. Assinale a alternativa em que a preposição destacada seja exigida por um termo anterior.

- a) votos de determinada urna
- b) sistema de votação
- c) número de eleitores
- d) tipo de fraude
- e) apuração dos votos

TEXTO II - A OCDE E O DIREITO BRASILEIRO

A importação de leis sem a devida adaptação pode causar problemas graves

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou, no âmbito do Grupo de Trabalho Anticorrupção (GTA), um subgrupo para o monitoramento do combate à corrupção no Brasil. Inédita na história da entidade, a medida seria motivada pela baixa implementação, por parte do Brasil, das recomendações contra corrupção feitas pela OCDE.

“Em outubro de 2016, elogiamos o Brasil pelo progresso na implementação de nossas recomendações. Já em 2019 nossas sérias preocupações começaram e ainda não desapareceram”, disse o presidente do GTA, Drago Kos, ao jornal *Valor*.

No mundo globalizado, o crime também rompeu os limites territoriais nacionais, exigindo uma atuação coordenada por parte da comunidade internacional. Embora seja louvável o esforço da OCDE no combate à corrupção e ao financiamento de atividades criminosas, como o terrorismo e o tráfico de drogas, é preciso especial cuidado nesse trabalho de incorporar recomendações internacionais à legislação pátria, uma vez que cada país tem um sistema jurídico, com princípios e regras próprios, dentro de uma cultura jurídica específica. Muitas recomendações feitas por organismos internacionais baseiam-se em regimes jurídicos muito diferentes dos do Brasil. A importação de tais propostas sem a devida adaptação pode causar problemas graves.

Faz-se uma observação. Fala-se em “recomendações” dos organismos internacionais. Mas essas orientações são muito mais do que meras sugestões de aprimoramento legislativo. Há uma forte pressão por parte desses organismos para que os países adotem as medidas propostas. Basta ver a criação desse subgrupo na OCDE para o monitoramento da corrupção no Brasil. Além disso, a não implementação das recomendações conduz, muitas vezes, a sanções e a restrições em diversas esferas.

Ante a realidade interconectada do mundo atual, seria ingênuo – e altamente custoso para a economia do País – ignorar as demandas dos organismos internacionais relativas a mudanças da legislação nacional. Mas isso não significa importar, sem o devido critério, leis redigidas em outro contexto jurídico.

Além da possibilidade de danosos efeitos colaterais, mecanismos e institutos criados em um sistema jurídico e aplicados noutro diferente não geram as consequências positivas originalmente previstas. Sem a devida adaptação, a recomendação – que podia fazer todo o sentido em seu local de origem – pode ser totalmente desvirtuada.

Essa deformação não é uma hipótese teórica. Pode ser observada em várias importações de legislação realizadas nos últimos anos, em especial no que se refere a matérias penal e processual penal. Veja-se, por exemplo, a trajetória da lei relativa ao crime de lavagem de dinheiro.

(O Estado de São Paulo. Disponível em <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-ocde-e-o-direito-brasileiro,70003654778>. Acessado em: 21/03/2021.

Adaptado)

11. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I - O texto II, que se enquadra no tipo dissertativo, tem como tese central a necessidade de adaptação de dispositivos legais internacionais ao sistema jurídico nacional.

II - O trecho "com princípios e regras próprios" (3º parágrafo), pela possibilidade de concordância atrativa, poderia ser reescrito sem alteração de sentido ou incorreção gramatical da seguinte forma: "com princípios e regras próprias".

III - O autor utiliza a criação de um subgrupo para o monitoramento do combate à corrupção no Brasil para embasar seu argumento de que as orientações legais de entidades internacionais extrapolam o limite da mera recomendação.

- a) I, II e III
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Apenas I
- e) Apenas III

12. Em " **Embora** seja louvável o esforço da OCDE no combate à corrupção e ao financiamento de atividades criminosas, [...], **uma vez que** cada país tem um sistema jurídico, com princípios e regras próprios, dentro de uma cultura jurídica específica" (3º parágrafo), os conectivos em destaque indicam, respectivamente, ideias de

- a) concessão e consequência
- b) conclusão e explicação
- c) concessão e condição
- d) oposição e causa
- e) concessão e explicação

13. Em "Faz-se uma observação. Fala-se em "recomendações" dos organismos internacionais" (4º parágrafo), no Texto II, qual é, respectivamente, a classificação morfossintática da partícula "se"?

- a) Partícula apassivadora e índice de indeterminação do sujeito
- b) Índice de indeterminação do sujeito e parte integrante do verbo
- c) Partícula apassivadora e parte integrante do verbo
- d) Partícula apassivadora e pronome reflexivo
- e) Índice de indeterminação do sujeito e partícula apassivadora

14. Assinale a alternativa que apresenta o motivo pelo qual a vírgula foi utilizada no trecho "A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou, no âmbito do Grupo de Trabalho Anticorrupção (GTA), um subgrupo para..." (1º parágrafo).

- a) Separar orações coordenadas, ou seja, orações que possuem sentido completo, sendo independentes sintaticamente.
- b) Isolar um trecho que exerce a função de aposto explicativo
- c) Separar uma oração subordinada intercalada.
- d) Isolar um adjunto adverbial deslocado.
- e) Marcar a elipse de um termo que pode ser facilmente subentendido.

15. Em relação ao trecho "a não implementação das recomendações conduz, muitas vezes, a sanções e a restrições em diversas esferas" (4º parágrafo), assinale a alternativa correta.

- a) Os artigos femininos "a" que antecedem *sanções* e *restrições* poderiam ser corretamente suprimidos.
- b) O verbo *conduzir* nesse contexto é transitivo indireto; portanto, a ausência de acento indicativo de crase indica que o complemento desse verbo não está determinado.
- c) O trecho "das recomendações" exerce a função sintática de adjunto adnominal.
- d) A troca da forma verbal *conduz* por *implica* não prejudicaria a correção gramatical.
- e) A reescrita a seguir não alteraria o sentido do trecho: às sanções e às restrições em diversas esferas.

16. Um dos elementos que dá coerência aos textos é a ocorrência de vocábulos que estão dentro de um mesmo campo semântico; nas alternativas a seguir, as palavras que pertencem ao mesmo bloco conceitual são:

- a) computador, software, aplicativo, janelas;
- b) árbitro, programa, rede, sofisticado;
- c) leito, medicamento, internação, produtor;
- d) caro, sofisticado, doação, ouro;
- e) habilidade, jogador, treino, dispositivos.

17. A presença ou ausência de acento gráfico pode variar em uma mesma palavra a depender de sua flexão de número (singular ou plural). A palavra que melhor ilustra esse caso é:

- a) voo
- b) saída
- c) alcateia
- d) armazém
- e) farol

18. Assinale a opção em que as duas palavras foram formadas pelo mesmo processo de derivação.

- a) pedreiro, legalmente
- b) desconfortável, cheiroso
- c) infeliz, novíssimo
- d) descontrolado, essencialmente
- e) ensolarado, planta

19. Deveríamos tratar de questões relacionadas ___ saúde pública. As filas em hospitais da cidade chegaram ___ triplicar de tamanho. A situação só não está pior porque a iniciativa privada doou leitos ___ instituições hospitalares sem fins lucrativos. ___ noite teremos uma coletiva de imprensa para dar detalhes sobre a situação.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as respectivas lacunas acima.

- a) a - à - a - à
- b) a - a - a - a
- c) a - a - à - à
- d) a - à - à - a
- e) à - a - a - à

TEXTO III



Quino, Mafalda 2. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

20. O humor da tirinha baseia-se

- a) na expressão do personagem no terceiro quadrinho.
- b) no diálogo estabelecido entre os personagens.
- c) na reação da personagem no último quadrinho.
- d) na atribuição de personalidade à "cultura".
- e) nos sentidos assumidos pelo vocábulo "veículo" na tirinha.

21. Assinale a alternativa em que o verbo destacado esteja flexionado de acordo com a norma-padrão.

- a) **Queixou-se** da falta de investimento em sistemas de prevenção os representantes da ONU.
- b) **Precisam-se** de investimentos em novas tecnologias meteorológicas.
- c) No relatório, **relaciona-se** ao aumento de desastres o aquecimento global.
- d) Neste mês, **fizeram** dois anos do terremoto mais intenso já registrado.
- e) **Elaborou-se** sistemas de alerta de desastres naturais.

22. Assinale a opção que indica o erro de norma culta presente no fragmento abaixo.

"Todo o dia, pela manhã, a equipe que se preparava para a gravação era interrompida pelas vozes da multidão na medida em que o programa havia alcançado enorme sucesso de audiência."

- a) a colocação pronominal em "que se preparava".
- b) a ortografia de "multidão".
- c) as vírgulas isolando "pela manhã"

d) a expressão "na medida em que".

e) a presença de artigo antecedendo o vocábulo "dia".

23. Considerando o processo de formação de palavras, identifique a alternativa que apresenta uma derivação imprópria.

- a) Todos admiravam o agir das autoridades.
- b) Nesse período do ano, a pesca se intensifica.
- c) Embora todos concordassem, o líder não recebeu apoio.
- d) A atitude de uma pessoa pode entristecer uma multidão
- e) O cirurgião deve possuir uma destreza extraordinária.

24. Na expressão: "Parecíamos ansiosos", o predicado é:

- a) Nominal
- b) Defectivo
- c) Verbo-nominal
- d) Oculito
- e) Verbal

25. Em "Todos sabiam que o processo não acabaria bem", o termo apresentado classifica-se como:

- a) Pronome relativo
- b) Conjunção consecutiva
- c) Pronome indefinido
- d) Conjunção integrante
- e) Conjunção explicativa

26. Assinale a alternativa em que a concordância verbal se encontra correta.

- a) As mercadorias que chegaram no porto nesta manhã não estava catalogada.
- b) Já era quase três horas da manhã quando fomos dormir.
- c) Fez-se cartazes para o protesto que estava agendado.
- d) Na pesquisa, 1,3% dos entrevistados não conhecia o programa de reabilitação.
- e) Aqueles 10% de incerteza acompanhará você por toda a vida.

TEXTO IV

Podemos afirmar que existem duas unanimidades na teoria econômica, com resultados práticos inevitáveis. Salvo algumas poucas opiniões em contrário, a primeira delas diz respeito à neutralidade das atividades econômicas sobre a natureza e seus ecossistemas. Isto é, tudo que é feito neste mundo, em termos econômicos, seria incapaz de danificar a natureza, os elos biológicos e os ecossistemas. A maioria dos economistas acredita nisso, mas, olhando ao redor, nos perguntamos com base em que essa crença foi criada. A segunda unanimidade, derivada da primeira, é a obsessão pelo crescimento, como única forma de resolver os problemas humanos relacionados ao bem-estar e à felicidade. Por essa razão, a preocupação rotineira dos economistas em geral é a capacidade de as economias continuarem crescendo infinita e ininterruptamente. Vemos essa preocupação surgir nas justificativas de medidas governamentais, bem como nos textos de diversos autores no Brasil e fora dele. Um exemplo é o Consenso de Washington, cuja finalidade foi pavimentar nos países em desenvolvimento as condições necessárias para a expansão das atividades. No entanto, embora essa seja a preocupação mais corriqueira do mundo financeiro da atualidade, iniciamos o século XXI com enorme angústia em torno da nossa capacidade de crescer. Os riscos financeiros vêm se multiplicando, com ou sem as reformas do Consenso.

A situação econômica atual é crítica e vários economistas parecem deter a solução do problema: voltar a crescer. Precisamos tomar cuidado porque nem sempre os fins justificam os meios. Em primeiro lugar, não existe uma relação direta entre crescimento econômico e

maior empregabilidade, já que o avanço tecnológico produz um crescimento de empregos que não alcança o da população. Além disso, o crescimento gerado com base na exaustão e degradação dos recursos naturais já está se mostrando inviável. Essa fórmula pode ser alentadora no curto prazo, mas fornece grande preocupação quanto ao futuro. Uma passagem de um célebre economista francês, Frédéric Bastiat, ilustra essa situação: "na esfera econômica, um ato, um hábito, uma instituição, uma lei não engendram apenas um efeito, mas uma série de efeitos. Desses, só o primeiro é imediato porque se manifesta junto com sua causa (se vê); os outros se desenrolarão sucessivamente (não se veem). Somos felizes se pudermos prevê-los."

(Adaptado de Hugo Penteadó. *Ecoeconomia: uma nova abordagem*. São Paulo, Lazuli Editora, 2008, p. 89-92)

27. Segundo as ideias veiculadas no texto IV, as duas unanimidades na teoria econômica

- a) se contrapõem
- b) desconsideram o impacto ambiental de suas medidas
- c) visam ao bem-estar social
- d) têm aderência dos especialistas
- e) se preocupam com a questão ambiental

28. No último parágrafo, as aspas foram utilizadas

- a) para introduzir um discurso não autoral
- b) para atribuir um novo sentido ao que foi dito
- c) para dar ênfase à fala do economista
- d) pelo emprego do neologismo "engendram"
- e) para citação de uma obra

29. Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto IV, a expressão "embora" em "No entanto, embora essa seja a preocupação mais corriqueira do mundo financeiro da atualidade" (1º parágrafo) poderia ser substituída por

- a) visto que
- b) porquanto
- c) para que
- d) desde que
- e) conquanto

30. Com base no trecho "A maioria dos economistas acredita nisso, mas, olhando ao redor, nos perguntamos com base em que essa crença foi criada" (1º parágrafo), assinale a alternativa correta.

- a) O conectivo "mas" poderia ser substituído por "outrossim" sem prejuízo do sentido original.
- b) A substituição de "acredita" por "acreditam" manteria a correção gramatical.
- c) "dos economistas" exerce a função de complemento de "maioria".
- d) O núcleo do sujeito da forma verbal "acredita" é "economistas".
- e) "Criada" desempenha a função de predicativo do sujeito.

DIREITO CIVIL E LGPD

Paulo Sousa

31. No que diz respeito à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei 13.709/2018, é possível afirmar que consta no rol de fundamentos:

- a) a inviolabilidade da intimidade e da honra, apenas.
- b) a livre iniciativa, a livre concorrência, sem que seja preciso, necessariamente, atentar à defesa do consumidor, especialmente por já existir um

Código destinado, especificamente, para tal finalidade.

- c) a liberdade de expressão apenas para fins informativos.
- d) os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas jurídicas.
- e) a autodeterminação informativa e o respeito à privacidade.

32. O prazo do beneficiário para reclamar do segurador em caso de seguro civil obrigatório é:

- a) prescricional, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- b) prescricional, de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) decadencial, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) decadencial e de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- e) prescricional, de cinco anos, pois é referente a valor certo e líquido.

33. Não é hipótese de cessação do contrato de mandato:

- a) a revogação;
- b) a interdição de ambas as partes;
- c) o término do prazo;
- d) a conclusão do negócio nele previsto;
- e) a mudança de estado que dificulte o exercício de seus poderes pelo mandatário.

34. O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por dez anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião. Em relação a esse instituto, é correto afirmar que:

- a) a inexistência de título pelo possuidor não impacta no prazo de dez anos indicado no enunciado;
- b) o dono do prédio serviente poderá embaraçar o exercício legítimo da servidão;
- c) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nas desapropriações;
- d) a abertura de nova via é apta a negar reintegração de servidão de passagem extinta;
- e) também se extingue a servidão, ficando ao dono do prédio serviente a faculdade de fazê-la cancelar, mediante a prova da extinção, pelo não uso, durante cinco anos contínuos.

35. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

- a) se a pessoa não der notícia de vida por mais de trinta dias;
- b) se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até seis meses após o término da guerra;
- c) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida;
- d) se a pessoa possuir mais de oitenta anos e não der notícia de vida há mais de cinco anos;
- e) se a pessoa possuir mais de oitenta e cinco anos e não der notícia de vida há mais de dez anos.

36. Em relação à posse, é correto afirmar que:

- a) o locatário tem a posse direta do imóvel e o locador a indireta;
- b) o possuidor de boa-fé não responde pela perda da coisa, ainda que tenha dado causa ao fato;
- c) o possuidor direto não poderá defender a sua posse contra o indireto, quando o último for o proprietário;
- d) o empregado que realiza as entregas no carro da empresa e o guarda diariamente em sua garagem, ainda que por ordem do empregador, terá direito a usucapir o referido bem;
- e) o possuidor de má-fé tem direito aos frutos percebidos durante a posse.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL, ECA E ESTATUTO DO IDOSO

Ricardo Torques

37. Sobre o litisconsórcio, assinale a alternativa correta:

- a) Se não se formar o litisconsórcio passivo necessário, a decisão será nula quando ela devesse ser uniforme em relação a todos os que deveriam ter integrado o processo.
- b) O litisconsórcio será simples quando a decisão de mérito deva ser uniforme em relação a todos os litisconsortes.
- c) Caso o autor não promova a citação de todos os litisconsortes passivos necessários, o juiz deverá determinar a suspensão do processo até que isso ocorra.
- d) No caso de litisconsórcio unitário, os atos e omissões de um litisconsorte não beneficiam o outro, mas podem prejudicar.
- e) O litisconsórcio será unitário quando todos os envolvidos devem ser citados para integrar o processo.

38. O juiz de um processo deferiu o ingresso de terceiro como assistente da parte autora.

Sobre essa decisão, assinale a alternativa correta:

- a) trata-se de sentença, impugnável por meio de apelação.
- b) trata-se de despacho que não é passível de impugnação por meio de recurso.
- c) trata-se de decisão interlocutória, impugnável por meio de apelação.
- d) trata-se de sentença, impugnável por meio de agravo de instrumento.
- e) trata-se de decisão interlocutória, impugnável por meio de apelação.

39. A ação de reconhecimento de paternidade é de competência do foro:

- a) do domicílio do réu, ainda que cumulada com pedido de fixação de alimentos.
- b) do domicílio do réu, quando não cumulada com pedido de fixação de alimentos.
- c) do domicílio do autor, independentemente da cumulação ou não com pedido de fixação de alimentos.
- d) do domicílio do guardião do autor, quando este for menor, independentemente da cumulação ou não com pedido de fixação de alimentos.
- e) do domicílio do domicílio do casal, quando o réu for casado.

40. O réu de uma ação apresenta contestação no prazo legal, no entanto, posteriormente, verifica que omitiu algumas alegações relevantes. Por isso, junta aos autos pedido de aditamento da sua contestação. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) o pedido de aditamento poderá ser acolhido desde que o réu demonstre fundamento relevante para a omissão.
- b) o pedido de aditamento poderá ser acolhido desde que haja concordância do autor da ação.
- c) é inviável o pedido de aditamento, pois ocorreu preclusão consumativa. Portanto, as alegações não poderão ser conhecidas, ainda que se trate de matéria que deva ser conhecida de ofício.
- d) é inviável o pedido de aditamento, pois ocorreu preclusão consumativa. No entanto, as alegações poderão ser conhecidas quando se tratar, por exemplo, de matéria que deva ser conhecida de ofício.
- e) o pedido de aditamento poderá ser acolhido se as alegações se referirem a matéria que pode ser conhecida de ofício.

41. Os embargos de declaração:

- a) não têm natureza recursal.
- b) não podem ser utilizados para prequestionamento.
- c) não têm o prazo recursal comum de quinze dias.
- d) não podem ser utilizados para a correção de erro material.
- e) não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos.

42. Sobre o procedimento de execução por quantia certa, assinale a alternativa correta:

- a) ao despachar a inicial, o juiz deve fixar, de plano, honorários advocatícios de 10%, cujo valor é reduzido à metade caso o executado promova o pagamento integral no prazo de cinco dias.
- b) o executado é citado para pagar a dívida em três dias ou para nomear bens à penhora.
- c) se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução.
- d) no prazo para oferecimento de embargos à execução, o executado pode remir a execução promovendo o pagamento do débito e dos respectivos encargos e acréscimos legais.
- e) após o protocolo do pedido de execução, o exequente poderá obter certidão com a finalidade de averbar esse fato no registro de imóveis.

43. Sobre o Conselho Tutelar, analise as assertivas a seguir:

I – Cada Município deve ter, ao menos, um Conselho Tutelar;

II – O Conselho Tutelar integra o Poder Judiciário local;

III – O Conselho Tutelar é composto de três membros;

IV – Os membros do Conselho Tutelar são eleitos para mandatos de quatro anos, permitida a recondução mediante novos processos de escolha.

Assinale a alternativa que aponta TODAS as assertivas corretas

- a) I - II - III - IV.
- b) I - III - IV.
- c) III - IV.
- d) II - III - IV.
- e) I - IV.

44. A respeito do poder familiar, assinale a alternativa correta:

- a) A carência de recursos materiais implica a perda ou suspensão do poder familiar caso haja prejuízo à alimentação dos filhos.
- b) Qualquer pessoa com legítimo interesse pode pedir a destituição do poder familiar.
- c) A perda do poder familiar acarreta o rompimento do vínculo de parentesco.
- d) O deferimento da guarda a terceiro afasta o direito de visita dos pais.
- e) A condenação do pai a pena de reclusão implica a perda automática do poder familiar.

45. De acordo com o Estatuto do Idoso, têm direito à gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos todas as pessoas com, ao menos:

- a) 60 anos de idade.
- b) 65 anos de idade.
- c) 70 anos de idade.
- d) 75 anos de idade.
- e) 80 anos de idade.

46. O Estatuto do Idoso trata do direito à saúde do idoso. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta:

- a) Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante devem ser internados em instituição asilar.
- b) É admissível a cobrança de valores maiores de idosos em contratos de plano de saúde, considerado o risco superior a que se submetem.
- c) O idoso internado para tratamento de saúde tem direito a acompanhante, independentemente de contraindicação médica.
- d) Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objetos de notificação compulsória pelos serviços públicos e privados à autoridade sanitária.
- e) À família do idoso é garantido o direito de optar pelo tratamento de saúde que for reputado mais favorável.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

47. O direito de reunião é direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Considerando o que o texto constitucional dispõe sobre este direito, é certo que:

- a) A reunião deve ser pacífica e sem armas.
- b) A reunião pode ocorrer com pessoas armadas.
- c) A reunião necessita de autorização do poder público para ocorrer.
- d) É permitido frustrar-se outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- e) É permitido realizar-se a reunião e, somente depois, avisar aos órgãos públicos de controle sobre a sua realização, desde que seja expedido relatório circunstanciado sobre como ela ocorreu.

48. Considerando as normas constitucionais acerca da nacionalidade, assinale a alternativa que corresponde ao cargo que pode ser assumido por brasileiro naturalizado:

- a) Presidente de Assembleia Legislativa Estadual.
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) Oficial da Marinha.
- d) Ministro de Estado da Defesa.
- e) Vice-Presidente da República.

49. De acordo com o Artigo 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- b) direito administrativo, custos fixos e variáveis, contabilidade de custos e gerencial.
- c) procedimentos, atos e fatos administrativos.
- d) registro de pessoas físicas em Juntas Comerciais.
- e) organização, garantias, direitos e deveres dos policiais militares.

50. De acordo com a Constituição Federal, o prazo de validade do concurso público será de até:

- a) um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) um ano, sem prorrogação.
- c) dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) dois anos, sem prorrogação.
- e) três anos, sem prorrogação.

51. É órgão do Poder Judiciário, o(a):

- a) Superior Tribunal Federal.
- b) Mesa do Senado Federal.
- c) Câmara dos Deputados.
- d) Conselho Nacional de Justiça.
- e) Ministério da Justiça e Segurança Pública.

52. Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) A vitaliciedade, nos Tribunais, será adquirida após dois anos de efetivo exercício da atividade.
- b) Os ministros do STF podem perder o cargo em condenação por crime de responsabilidade no Senado.
- c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente nos crimes comuns os Ministros de Estado.
- d) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário, pois exerce controle externo sobre ele.
- e) O magistrado pode ser removido por interesse público, mediante decisão da maioria simples dos membros do tribunal ao qual ele está alocado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

53. “Modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.” De acordo com a Lei Nº 14.133/2021, essa é a definição de qual modalidade de licitação?

- a) Concorrência.
- b) Leilão.
- c) Pregão.
- d) Concurso.
- e) Diálogo competitivo.

54. A autarquia ou fundação pública que celebrar contrato de gestão e ser submetida a um regime jurídico especial, que tenha por objetivo aumentar a produtividade e a eficiência na execução de suas atividades, é denominada de:

- a) Agência Reguladora.

b) Organização Social.

c) Agência Executiva.

d) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

e) Serviço Social Autônomo.

55. Trata-se de prerrogativa assegurada à Administração Pública de apurar infrações funcionais dos servidores públicos e demais pessoas submetidas à disciplina administrativa, bem como aplicar penalidades após o respectivo processo administrativo, caso seja cabível e necessário. Essa afirmação descreve o poder:

- a) disciplinar.
- b) de polícia.
- c) vinculado.
- d) discricionário.
- e) regulamentar.

56. Doquinha, servidor público do Estado do Rio Grande do Sul, foi demitido injustamente de seu cargo. Discordando dessa decisão, ele resolve promover uma ação judicial pleiteando seu retorno ao serviço. Ao fim, a decisão reconheceu a ilegalidade da demissão, determinando o seu retorno ao cargo. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, é correto afirmar que a invalidação da demissão pela decisão judicial com o retorno de Doquinha ao serviço é manifestação do instituto da:

- a) recondução.
- b) readaptação.
- c) reintegração.
- d) aproveitamento.
- e) reversão.

57. “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.” Essa afirmação se refere ao princípio:

- a) da publicidade.
- b) da eficiência.
- c) da moralidade.
- d) da autotutela.
- e) da motivação.

58. Atos que decorrem do poder hierárquico e têm o objetivo de disciplinar o funcionamento da Administração, orientando os agentes públicos subordinados no exercício das funções que desempenham, são atos:

- a) ordinatórios.
- b) punitivos.
- c) negociais.
- d) normativos.
- e) enunciativos.

REGIMENTO INTERNO, CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DO TJ RS

Tiago Zanolla

59. Segundo o Regimento Interno, não é órgão do Tribunal de Justiça

- a) Tribunal Pleno
- b) Órgão Especial
- c) Conselho Especial
- d) Centro de Estudos
- e) Corregedoria-Geral da Justiça

60. Segundo disposto no Regimento Interno, assinale a opção correta acerca da composição e funcionamento dos órgãos do Tribunal.

- a) O Tribunal Pleno é composto por 170 Desembargadores e funcionará ordinariamente com a presença da maioria absoluta de seus membros.
- b) O órgão especial funciona com quórum qualificado de 21 membros.
- c) O Conselho da Magistratura é composto por 7 membros, sendo 4 deles escolhidos por eleição.
- d) A Seção Cível, em razão da matéria, subdivide-se em Seção de Direito Público e Seção de Direito Privado.
- e) A Seção de Direito Público é constituída de 3 Turmas de Julgamento, e a seção de Direito Privado, de 2 Turmas de Julgamento

61. Segundo disposto no Regimento Interno, assinale a opção correta acerca da composição e funcionamento dos órgãos do Tribunal.

- a) Os Grupos Criminais são formados, cada um, por 2 Câmaras, exigindo-se, para seu funcionamento, a presença de, no mínimo, 5 julgadores, incluindo o Presidente.
- b) As Câmaras Criminais Separadas compõem-se de até 5 julgadores, dos quais apenas 4 participam do julgamento
- c) A Câmara da Função Delegada dos Tribunais Superiores compõe-se dos três Vice-Presidentes e é presidida pelo 3º Vice-Presidente.
- d) Os membros efetivos e suplentes das Comissões Permanentes serão eleitos, em escrutínio secreto, bianualmente pelo Tribunal Pleno, por maioria absoluta e para mandato obrigatório de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição.
- e) O Órgão Especial, funcionando no exercício delegado das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência originária do Tribunal Pleno, é constituído por vinte e cinco Desembargadores, cinco dos quais oriundos da representação classista prevista no artigo 94 da Constituição Federal, provendo-se doze vagas pelo critério de antiguidade no Tribunal de Justiça e a outra metade por indicação do Presidente do Tribunal.

62. Maria foi nomeada para cargo no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. À luz do Regime Jurídico aplicado aos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, Maria deve preencher diversos requisitos, exceto

- a) nacionalidade brasileira
- b) idade mínima de dezoito anos
- c) quitação das obrigações militares
- d) gozo dos direitos políticos
- e) aptidão física e mental

63. Pantaleão, servidor público estadual, com preguiça de analisar documentos antigos com centenas de , páginas, que deveria ser feito em seu setor de trabalho, delegou para sua esposa, Anta Vitória, pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, tal atribuição, que era de sua competência e responsabilidade. Assim agindo, de acordo com a Lei Complementar Estadual 10.098/94, Pantaleão incorreu, em tese, em infração disciplinar punível com

- a) repreensão
- b) cassação de disponibilidade
- c) multa
- d) suspensão de até 90 (noventa) dias
- e) demissão

64. Jonas, servidor público estadual, foi demitido após responder a processo disciplinar. Inconformado com a decisão, Jonas, reunindo novas provas, requereu revisão do processo, conseguindo invalidar a decisão. A reinvestidura de Jonas ocorrerá por meio de

- a) readaptação;
- b) reintegração;
- c) recondução;
- d) reversão
- e) relotação.

65. Glória é servidora pública estável do Estado do Rio Grande do Sul e foi eleita como presidente do sindicato de sua categoria profissional. De acordo com a Lei Complementar nº 10.098/1994, que dispõe sobre seu regime jurídico funcional, a Maria:

- a) é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, com ônus para o seu órgão de origem;
- b) é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, com ônus para o sindicato;
- c) não é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, mas é possível a acumulação das funções, desde que respeitada a carga horária de seu cargo efetivo;
- d) não é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, mas é possível a acumulação das funções, desde que respeitado o cumprimento de 50% da carga horária de seu cargo efetivo;
- e) não é assegurado o direito à licença para desempenho de mandato em entidade classista legalmente instituída, mas é possível a licença para trato de assuntos particulares, sem remuneração.

66. – Os servidores da Justiça, admitidos mediante concurso, são considerados estáveis após 03 (três) anos de efetivo exercício, não podendo ser demitidos senão através de processo administrativo ou judicial.

Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o estágio probatório dos servidores judiciais é o período de 03 (três) anos de exercício, durante o qual será apurada a conveniência ou não de sua confirmação, mediante a verificação de determinados requisitos.

Segundo a Norma, não é um requisito avaliado:

- a) Fidelidade

- b) Idoneidade
- c) Assiduidade
- d) Descrição
- e) Eficiência

67. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, a atuação correcional exercer-se-á através de inspeções e correições ordinárias ou extraordinárias. A correição

- a) configura atividade de rotina da Corregedoria-Geral da Justiça visando ao acompanhamento e controle dos serviços judiciários de 1º Grau.
- b) configura atividade de rotina da Corregedoria-Geral da Justiça visando ao acompanhamento e controle dos serviços judiciários de 1º e 2º Graus.
- c) irregularidade constatada nos serviços judiciários tendo por objetivo dimensionar o seu alcance e corrigi-los.
- d) As datas das Correições Ordinárias não serão divulgadas.
- e) A realização das inspeções e correições, ordinárias ou não, será registrado em ata em três vias, destinando-se uma à Corregedoria-Geral da Justiça, outra à Direção do Foro e a terceira ao Órgão Especial.

68. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, nas Comarcas com duas ou mais Varas, a atribuição de realizar inspeções e correições nos respectivos Cartórios, competirá também

- a) Aos Juízes Auxiliares da Corregedoria
- b) Ao Juiz Diretor do Fórum
- c) Ao Escrivão Judicial
- d) Aos Juízes que estiverem na sua jurisdição
- e) Juiz de Direito mais antigo na Comarca.

69. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, não condiz com as atribuições dos Oficiais de Justiça:

- a) fazer pessoalmente citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício
- b) lavrar certidões e autos das diligências que efetuarem.
- c) certificar, em mandado, proposta de auto composição quando apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber.
- d) exercer, quando designado, as funções de Oficial de Justiça da Infância e da Juventude ou Comissário de Vigilância, nos termos da Resolução nº 02/85-CM e Lei Estadual nº 13.146, de 08 de abril de 2009.
- e) Receber, semanalmente, os mandados que lhes forem destinados

70. Segundo o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio Grande do Sul, a criação de novas Comarcas não depende de

- a) população mínima de vinte mil habitantes
- b) cinco mil eleitores
- c) no mínimo, a trezentos feitos, ingressados anualmente
- d) preenchimento de todos os cargos judiciais, por designação, até o provimento efetivo
- e) receita tributária mínima igual à exigida para a criação de Municípios no Estado.

71. Segundo o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a opção correta

- a) A Presidência do Tribunal de Justiça é exercida por um Desembargador, eleito por dois anos, permitida uma única reeleição.
- b) Vagando o cargo de Presidente, se o prazo que faltar para completar o período for inferior a um

ano, os novos Presidente e Vice-Presidente poderão ser reeleitos para o período seguinte.

- c) Juntamente com o Presidente e logo após a eleição deste, será eleito, pelo mesmo processo e prazo, os Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça, permitida a reeleição.
- d) O mandato do Presidente terá início no primeiro dia útil do mês de janeiro.
- e) O 3º Vice-Presidente, nas faltas e impedimentos, será substituído pelo Desembargador mais antigo que se seguir na ordem de antiguidade.

72. Das decisões originárias do Corregedor-Geral, salvo disposição em contrário, cabe recurso para o Conselho da Magistratura, no prazo de

- a) 24 horas
- b) 48 horas
- c) 5 dias
- d) 10 dias
- e) 15 dias

MICROINFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

73. Das letras abaixo, marque a que apresenta modos de exibição de arquivos válidos no Windows Explorer:

- a) Detalhes e Contexto
- b) Ícones Pequenos e Ícones Muito Grandes
- c) Blocos e Cadeia
- d) Detalhes, ícones Extra Grandes.
- e) Conteúdo e Listagem.

74. No menu “Configurações” do Windows é possível realizar diversas tarefas de personalização e configuração da máquina e da rede. Das letras abaixo, marque a opção que permite apagar corretamente programas no Windows, pois além de apagar apenas o que deve ser apagado ainda atualiza o registro do Windows, ou seja, desinstala o programa.

- a) Lixeira
- b) Windows Update
- c) Aplicativos e Recursos
- d) Windows Defacer
- e) Dispositivos

75. No Word, temos o recurso de Quebra de Seção que é utilizado para a criação de áreas de edição independentes no texto. Das letras abaixo, marque aquela que contém tipos de quebra de seção válidos:

- a) Contínuo; Página Par.
- b) Página Ímpar; Página Dupla.
- c) Contínuo; Duplo.
- d) Próxima Página; Mesclado.
- e) Página Dupla; Próxima Seção.

76. Das letras abaixo, marque a que indica uma referência em que a coluna está relativa e a linha absoluta:

- a) \$D\$2.
- b) \$D2.
- c) D2
- d) D\$2.
- e) 2D.

77. No Writer a funcionalidade de “Recarregar” está disponibilizada no menu:

- a) Editar.
- b) Arquivo
- c) Exibir
- d) Ferramentas
- e) Ajuda

78. A nuvem desenvolvida por um pool de empresas que apresentam características semelhantes é chamada de:

- a) Privada.
- b) Comum
- c) Pública
- d) Híbrida
- e) Da Comunidade

79. Em relação ao email é correto afirmar que:

- a) Não exige o uso de um endereço específico de email.
- b) Pode ser enviado sem destinatários previamente definidos.
- c) Pode ser enviado com apenas um destinatário, mesmo que esteja no campo CCo.
- d) Exige que tenha anexo para que o envio possa ser feito.
- e) Precisa ser enviado com um título ou assunto pré-definido

80. O Certificado Digital é um código que identifica o usuário como único e possui regulamentação para seu uso no país. Acerca dele, é correto afirmar que:

- a) A autoridade certificadora é responsável por registrar a solicitação do certificado..
- b) O registro de solicitação do certificado, devido aos problemas causados pela pandemia, pode ser feito on-line
- c) A autoridade certificadora raiz não emite certificado digital.
- d) O ICP Brasil é o responsável pela geração de certificados digitais
- e) O certificado A2 é um arquivo que o usuário deve fazer download.

Preencha o gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJRS-Oficial-de-Justiça-Estadual-05-03-22>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>